

MOVIMENTOS SOCIAIS, GOVERNO E ESTADO EM CONFRONTAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA BAHIA

DANIEL PICCOLI *

1. INTRODUÇÃO

Quero, inicialmente, definir o meu “lugar”, o lugar de onde falo. Definir o lugar de onde falamos, de onde agimos, é importante, pois a realidade, a conjuntura, nos aparece condicionada, diferente, de acordo com este nosso ponto de vista (o lugar) e de ação. Por exemplo, o ponto de vista de um funcionário do Governo Federal ou Estadual, a perspectiva de um Secretário de Governo ou o papel de um Assessor que participou das negociações entre os representantes dos movimentos urbanos e rurais é, evidente, bastante diferentes. O lugar que cada um de nós ocupa, o ponto de vista de onde analisamos a realidade, o papel que ocupamos na sociedade, condicionam toda a reflexão e análise, principalmente quando o assunto em questão é a relação entre Movimentos Sociais, Governo e Estado. Também a perspectiva de alguém que é Coordenador de um Movimento Popular ou membro da Coordenação Geral da Mobilização é diferente, condicionada pelo lugar e pela função que ocupa.

Portanto, o lugar de onde falo e formulo estas minhas reflexões é o meu trabalho de presença solidária, de apoio a movimentos populares, sobretudo camponeses, como membro de uma entidade de assessoria a grupos populares urbanos e rurais. Este é o meu lugar e é a partir dessa experiência e dessa prática que passo a fazer algumas reflexões sobre o tema em questão.

2. EXPERIÊNCIAS DE UNIFICAÇÃO DAS LUTAS URBANAS E RURAIS

O que foi que aconteceu naquela manhã de segunda-feira, dia 11 de abril de 2005, quando mais de dois mil trabalhadores camponeses de toda a Bahia, juntamente com movimentos e grupos urbanos, ocuparam a sede da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Salvador, enquanto outro grupo de mais de quinhentos trabalhadores sem-terra ocupava simultaneamente a Usina do Funil, em Ubaitaba, no Sul da Bahia. Era o início de mais uma confrontação entre movimentos populares e o Estado, o INCRA, o Governo da Bahia, neste “Abril Vermelho”. Naquela manhã havia oito superintendências do INCRA ocupadas!

Aqui na Bahia foram onze dias de muita pressão, tensão, negociações, contatos com Brasília, telefonemas, discussões, construção de pautas coletivas, assembléias, reuniões, manifestações, marchas, audiências em Brasília e em Salvador. Momentos de tensão, de confrontação, mas também momentos de encontros, conversas, descontração, cantos, místicas, futebol, oficinas. Participei do dia a dia do acampamento, onde tudo é precário, improvisado, desde a comida, o banho, a lavagem de roupa, a dormida, tudo. Seria muito interessante e construtivo analisar aspectos desta experiência, a convivência, a saudade que bate, o jeito de cada um, a organização dos

grupos, a distribuição das tarefas, o papel escondido (mas não menos importante) de quem fica na cozinha, de quem faz a segurança do acampamento. O trabalho de tantos companheiros e companheiras que fizeram de tudo para solucionar os pequenos grandes problemas de um acampamento de mais de dois mil pessoas.

Quero, aqui, me limitar em focalizar algumas questões relacionadas com o tema deste texto. É evidente, como disse antes, que o meu “lugar”, determina essa reflexão e a condiciona. É preciso também dizer qual foi a minha função específica nesta mobilização. Como assessor do CEAS, juntamente com outros assessores, contribuí com a discussão inicial, a preparação da mobilização e fui chamado para fazer parte da Coordenação Geral que conduziu todo o processo de negociação com a Superintendência do INCRA, representada por Marcelino Gallo, e com o Governo do Estado da Bahia, representado por um velho conhecido nosso, o mesmo que conduziu as negociações na Mobilização de Abril de 2004 e que resultou no despejo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), o coronel José Alves, da Casa Militar do Governador.

Abro um parêntese para convidar vocês todos a visitarem o portal oficial do Governo da Bahia (www.ba.gov.br). Lá, vocês entenderão porque Sebastião, um camponês do interior e membro da Coordenação Municipal do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) de Encruzilhada (BA), falou, na sua avaliação: *“Gente, o ‘coronelismo’ na Bahia não acabou, não! Nem a ditadura militar!”*. De fato, logo abaixo do Governador, no organograma oficial do Governo do Estado da Bahia, está a Casa Militar do Governador, quem conduziu todo o processo de negociação entre os movimentos que ocupavam o INCRA e o Governo estadual. Aliás, é bom que se diga que, uma vez que o coronel Alves entrou em cena, o Superintendente do INCRA passou a ocupar um lugar secundário e subordinado. Como a deixar claro quem é que manda na Bahia e como se tratam os movimentos populares. Outro dado interessante: quem construiu a agenda com as Secretarias de Governo, dia e hora da audiência, por ordem do Governador, foi a mesma Casa Militar.

3. ATORES EM AÇÃO

Vamos falar um pouco mais sobre os Atores que estiveram envolvidos nesta Mobilização. De um lado, como já disse, cerca de dois mil trabalhadores; homens, mulheres, jovens, velhos, adolescentes, crianças e até bebês. Camponeses e camponesas de todos os cantos desta grande e diferente Bahia. Gente do campo e da cidade, trabalhadores rurais, acampados e assentados, desempregados e moradores de bairros de Salvador e cidades próximas, da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Trabalhadores de diversos movimentos, organizações, associações, articulações. Ao todo, catorze organizações rurais e urbanas estavam ali mobilizadas. Além disso, estavam presentes também assessores de pastorais sociais e de entidades de apoio e assessoria aos movimentos populares. Muitas organizações fizeram-se presentes para prestar solidariedade e apoio à mobilização. Também políticos e parlamentares se envolveram numa tarefa de mediação, articulação e apoio.

De certa forma, estava ali mobilizada uma fatia significativa do que costumamos chamar de Sociedade Civil. Uma parte bastante representativa, na minha opinião, pelo menos para a Bahia, numa gama variada de movimentos, alguns deles com expressão nacional, como o já citado MPA ou o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), outros com expressão estadual, como o Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras da Bahia, a Articulação dos Quilombolas e o Fundo de Pasto. Outros, ainda, com atuação mais localizada, como a Pastoral Rural de Paulo Afonso, o Movimento Dois de Julho, a Articulação de Luta por Moradia de Salvador, a Central de Articulação dos Acampados e Assentados do Semi-Árido (CARAS), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal (FATRES) ou a Articulação de Luta pela Terra do Sudoeste da Bahia.

O que me parece importante destacar é que todos estes movimentos e organizações se articularam, planejaram, realizaram e coordenaram a mobilização em todas as suas etapas. Uma tarefa que não é fácil, pois cada grupo, cada movimento, tem suas características específicas, seu jeito próprio de se organizar e lutar, sua pauta, suas reivindicações, sua coordenação, sua direção, seus cantos, sua mística e, uns, até bandeira própria. Outro aspecto relevante foi o acontecimento inédito de ter-se juntado, pela primeira vez, movimentos camponeses e urbanos numa mobilização unitária. À diferença de 2004, quando os urbanos foram prestar apoio e solidariedade aos acampados na CDA, desta vez os movimentos e grupos urbanos participaram diretamente, tanto da preparação como da ocupação do INCRA e de todo o processo de mobilização e negociação.

Do outro lado estavam os representantes do Estado e de diferentes esferas do Governo Federal e Estadual. O Superintendente do INCRA e membros do seu gabinete na Bahia, o coronel da Casa Militar, secretários de Governo, com seus principais assessores, parlamentares, líderes do Governo e da oposição na Assembléia Legislativa, ministros do Governo Lula e membros do primeiro escalão de três Ministérios (Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e das Cidades) e cinco autarquias federais. Um conjunto amplo e representativo, de um lado e do outro, tanto da sociedade civil como do Governo e do Estado.

Um primeiro elemento que podemos analisar juntos, nesta confrontação, foi o fato político, o gesto de quebra da normalidade, com a ocupação do prédio do INCRA e da Usina da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF). Não poderia ser diferente. Gente pelos corredores; bandeiras penduradas pelas janelas, faixas expostas denunciando ou reivindicando algo, gabinete ocupado (só não estavam ocupados a sala da Superintendência e o Gabinete da Procuradoria, onde ficam guardados processos e documentos de suma importância). Havia trabalhador por todo lado, tomando cafezinho e água mineral – o estoque acabou logo no primeiro dia. Mulheres e crianças deitadas pelo chão; mesas, salas, telefones e computadores sendo utilizados pela coordenação para reunir, redigir pautas e documentos, fazer contatos com a Usina, com Brasília, com a imprensa; crianças correndo pelas escadas; jovens paquerando. O povo, literalmente, tomando conta desta repartição “pública”,

desde a garagem, a guarita e o portão de acesso até o gabinete da Superintendência. Na Usina do Funil não foi diferente.

Ora, a ocupação de um prédio público quebra a normalidade, impede o funcionamento, rompe o “protocolo”. Quem for ao INCRA, por exemplo, tem de se identificar, deixar um documento na recepção, colocar um crachá escrito “visitante”. O rompimento dos limites “institucionais”, no sentido estrito da palavra, a superação dos espaços abertos, permitidos, legalizados, coloca em crise qualquer autoridade, desmoraliza o poder de qualquer Governo. Estava na cara de Marcelino, enquanto o coronel Alves, um militar com bastante experiência em confrontos e negociações, estava mais à vontade.

Outro elemento que podemos destacar, a partir desta confrontação: nenhum Governo, nem o de Lula, acostumado a comandar greves e piquetes, gosta de ser pressionado, colocado com as costas na parede. Qual foi a posição do Ministério de Desenvolvimento Agrário? *“As negociações só terão início com a completa desocupação da Usina e do prédio do INCRA!”*. Na sexta-feira, os trabalhadores saíram da Usina. A polícia já estava no local para realizar o despejo e um confronto poderia resultar num “eldorado elétrico” (isto é, um massacre similar ao de Eldorado dos Carajás, amplificado pelas circunstâncias particulares de uma ocupação numa usina hidrelétrica). Enfim, no sábado ocorreu a desocupação do prédio do INCRA. Com isso, a comissão escolhida pôde ser recebida em Brasília na segunda-feira.

De fato, a ocupação de um prédio público quebra a rotina da instituição, do Governo, revoluciona tudo. Cria uma situação excepcional, “ilegal”. O mesmo pode ser dito dos bloqueios de rodovias, dos seqüestros de funcionários para fins de pressão e negociação, como forma de pressionar o Governo a resolver conflitos antigos. São situações-limite provocadas por problemas sociais e conflitos que chegaram também ao seu limite há muito tempo. O limite da paciência, da espera secular, contra a burocracia, a lentidão, a falta de vontade política, a inoperância do Governo. Anos e anos de espera por uma resposta, uma solução, uma providência que não chega nunca. Por exemplo: mais de 80% da pauta apresentada ao INCRA e ao Governo da Bahia já tinha sido apresentada no ano anterior. Mas quase nada do que tinha sido prometido foi cumprido. Audiências, reuniões, documentos aos montes... e os problemas continuam sem solução.

Paciência tem limite; a do povo também. Quando se trata de defender o direito de propriedade privada e conceder uma liminar de reintegração de posse, por exemplo, o Estado é rápido, a Justiça age ligeiro e a polícia chega na hora. O povo na rua, ocupando, bloqueando, manifestando, quebra a “ordem”, rompe a legalidade! Mas, quando se trata de fazer valer direitos sagrados, quando se trata de cumprir o que manda a Constituição, como é o caso da Reforma Agrária, ou o que a Lei maior determina, que toda propriedade privada, inclusive o latifúndio, cumpra sua função social, num país com tanta terra, improdutiva ou devoluta, quando os sem-teto reivindicam a Reforma Urbana e o direito sagrado de moradia digna, ou quando os pequenos agricultores reivindicam políticas agrícolas voltadas para a agricultura camponesa, seguro-agrícola, assistência técnica, enfim, quando o povo, em geral, reivindica

o direito à saúde, educação, trabalho, aí o Governo é lento, se faz de surdo, impotente, ausente. Não tem dinheiro, não tem meios, não tem estrutura nem funcionários. Pior: o pouco dinheiro que tem vai para o bolso de meia dúzia de banqueiros internacionais, vai para os credores internacionais, para o tal *superávit primário*, e ninguém vê.

Isso é justo? Isso é ético? Isso é legal? Pagar com a fome e a miséria do povo uma dívida que já foi paga é legal? O que devemos fazer diante dessa situação? Os movimentos populares estão agindo, ocupando, marchando. E o resto da “sociedade civil organizada”, o que vai fazer?

4. SOCIEDADE CIVIL E ESTADO: UMA DIFÍCIL RELAÇÃO

A esta altura, considero necessário fazer algumas considerações, ainda que gerais, sobre o conceito de *Sociedade Civil* e sua relação com o Estado, limitando-me a focar alguns aspectos desta complexa relação. Surgido no final do século XVIII, este conceito se desenvolveu sobremaneira no âmbito das lutas contra o autoritarismo e pela democratização em países da Europa Ocidental, no Leste Europeu e na América Latina nos séculos XIX e XX. Sua definição é, em sua origem, negativa: “*Sociedade Civil como conjunto de relações não reguladas pelo Estado*”. Buscando encontrar uma definição mais positiva, podemos compreendê-la como o lugar onde surgem e se desenvolvem relações e conflitos de todo tipo (econômicos, sociais, ideológicos, religiosos), bem como relações de classes, grupos, movimentos, associações e organizações.

Por ser um espaço marcado por relações de conflitos, Karl Marx entende a sociedade civil como separada do Estado e destaca, em sua reflexão, principalmente as relações econômicas e, portanto, o conflito de classe. Para ele, a relação Estado-Sociedade Civil deverá passar, de certo modo, por três etapas: da pré-condição do Estado, uma vez que vem antes do Estado (primeira etapa), à antítese do Estado, no sentido que se põe como alternativa (segunda etapa) e, por fim, a dissolução e negação do Estado (terceira etapa). Esta visão marxiana marcará definitivamente a compreensão desta difícil relação. De forma mais positiva, Jurgen Habermas entende a Sociedade Civil como o conjunto dos movimentos, organizações e associações com capacidade de captar os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensando-os e transmitindo-os para a esfera pública política.

Por sua vez, foi Antonio Gramsci quem mais refletiu sobre o assunto e contribuiu com maior intensidade para fazer avançar tal debate, definindo a Sociedade Civil como aquele conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias pelas quais grupos e classes buscam exercer a hegemonia ou constroem o consenso. À diferença de Marx, para Gramsci a Sociedade Civil tem vinculação com o Estado, ainda que uma vinculação conflitiva, uma contraposição expressa pelas dupla: “*consenso/força, persuasão/coerção, moral/política, hegemonia/ditadura, direção/domínio*” (cf. Bobbio, idem: 40).

Nessa visão, *“a Sociedade Civil representa o momento da eticidade, através do qual uma classe dominante obtém o consenso, adquire (para usar a linguagem de hoje, que Gramsci não usa) legitimidade; o Estado representa o momento político estritamente entendido, através do qual é exercida a força, não menos necessária do que o consenso para a conservação do poder”* (ibidem). Essa hegemonia, que passa pela disputa pelo poder, no pensamento gramsciano leva ao que ele chama de “sociedade do consenso”, aquela que surgirá com a extinção do Estado. O conflito, portanto, faz parte desta relação, onde temos o Estado com seu poder de “coerção”, de um lado e, do outro, a Sociedade Civil mobilizada, disputando a hegemonia, lutando, contestando e construindo seu “consenso”.

No debate atual, tal relação continua sendo dialética e antagônica, mesmo se observamos um processo de aproximação entre estas duas categorias, uma “estatização” da sociedade e uma “socialização” do Estado. Este processo, todavia, está longe de superar a contradição e o confronto, seja em relação a uma concepção de Estado amplo, totalitário, cooptador da sociedade, seja em relação a um Estado “mínimo”, reduzido, como é o caso do modelo neoliberal. São três as grandes vertentes teóricas deste debate. Uma primeira, influenciada pelo pensamento marxiano e gramsciano, focaliza esta dialética entre Estado e Sociedade Civil e a busca do “consenso”.

Esta visão torna-se cada vez mais atual pois, apesar de constatararmos o perigo da homogeneização que sufoca o indivíduo, não podemos ir ao extremo oposto da fragmentação e da atomização total. Se não dá para separar Estado e Sociedade Civil, também não é para confundir. A relação será sempre dialética e, a depender do tipo de Estado, do tipo de Governo, antagônica. Nem todos os atores que compõem o que se costuma definir “a Sociedade Civil” entendem e praticam da mesma forma e com a mesma intensidade esta dialética e este confronto. Os movimentos populares, integrantes da Sociedade Civil, representam, principalmente os movimentos populares camponeses do Brasil e dos países latino-americanos, os setores mais combativos e que têm confrontado o Estado com maior intensidade. O mesmo não pode ser dito, por exemplo, da maioria das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que também compõem a Sociedade Civil e, muitas vezes, se definem como a Sociedade Civil “organizada”!

Quanto à construção do “consenso”, experiências como esta de articulação e mobilização conjunta dos urbanos e rurais da Bahia são uma prova e um esforço concretos. Aqui aparece uma questão importante e que mereceria ser aprofundada: como articular, mobilizar e organizar indivíduos e coletivos sem homogeneizar nem eliminar as diferenças, as especificidades. A articulação dos urbanos e rurais destaca, justamente, esta diversidade e pluralidade, não como barreira e limitação, mas como riqueza e força. Talvez seja este um dos maiores desafios para os movimentos sociais e populares. O problema de qual “hegemonia” ou qual “consenso” (na linguagem de Gramsci) capaz de se traduzir em projetos ou num Projeto para o Brasil do século XXI. Creio que o esforço conjunto de se articular campo e cidade está no caminho certo.

Uma segunda vertente, influenciada pelo pensamento liberal, entende a Sociedade Civil como o espaço ocupado por atores sociais que se organizam de forma independente para atender seus interesses particulares. Aqui, o que se busca não é a hegemonia, mas vantagens, interesses individuais ou coletivos. Esta corrente trabalha mais com *lobby* e com o conceito de *empowerment* (*empoderamento*). Segundo ela, o Estado, entendido como “Estado mínimo”, não deve interferir, deixando espaço para o chamado “Terceiro Setor”, à parceria ou, pior, à cooptação do Estado, para atender demandas e carências de setores menos favorecidos da sociedade, contra os que entendem o Terceiro Setor como espaço de ações contestatórias e busca de alternativas.

Por fim, a terceira linha destaca a ação política mas separa a luta social da institucional. Entendido prioritariamente como sistema político partidário, o institucional aqui é visto como negativo e degradado, lugar de conchavos e corrupção. A ação política da Sociedade Civil se converte, prevalentemente, em ética, em denúncia e não, propriamente, em busca da hegemonia e do poder. A Sociedade Civil representa o momento da “eticidade” e o Estado, o da “coerção”, apontando para uma sociedade sem Estado e, portanto, para a extinção do Estado. Lutando pela hegemonia, formulando parceria ou negando o Estado, a verdade é que ainda estamos longe de superar a contradição e o conflito entre Sociedade Civil e Estado e um exemplo disso, sem dúvida, são as mobilizações populares que se multiplicam neste Brasil.

5. O CASO BRASILEIRO

Olhando mais especificamente para o Brasil, constatamos que o Estado brasileiro se constituiu sobre bases oligárquicas, elitistas e autoritárias. A ideologia da *ordem e da segurança nacional*, além do *medo do povo*, marcou e predominou em todos os regimes que se sucederam no poder. Nem o regime atual, que se diz democrático, esteve e está imune a isso, haja vista os episódios emblemáticos de repressão e os massacres que aconteceram, infelizmente, tanto na era Fernando Henrique Cardoso como na era Lula. Não dá, por exemplo, para esquecer de episódios como as comemorações dos 500 anos, quando a caravana dos povos indígenas – índio também faz parte da Sociedade Civil – que se dirigia para o local do Descobrimento entrou em choque com a polícia em Porto Seguro (BA), impedindo o acesso ao lugar dos festejos.

Lembram do depoimento do índio Gildo Jorge Terena?: *“Eu senti como se fosse os Cabral entrando na nossa terra brasileira de novo, eu senti de novo outros 500 que eu ia sentir de massacre e violência para meu povo... Eu fui andando, andando de joelhos... eu chorei, eu não agüentei ver em mim um índio pisado, pisado no começo de uma nova era”*. Esse autoritarismo esteve (e está ainda) presente na configuração do Estado e da própria sociedade, tornando-se, repetidamente, instrumento para aniquilar as lutas populares e os movimentos sociais. Apesar disso, é preciso reconhecer que houve uma evolução muito grande na sociedade, um processo bastante rico, que deu origem a milhares de associações, grupos, organizações e movimentos, um processo de mobilização popular, no qual a Teologia da Libertação, as

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais Sociais, sobretudo as “de fronteira” (no sentido que operam nos conflitos e nos limites da nossa sociedade, como a Comissão Pastoral de Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, a Pastoral dos Migrantes e outras), tiveram um papel fundamental a partir dos anos 70. Um processo que mobilizou a Sociedade Civil para campanhas memoráveis, como a campanha pela *Anistia*, pelas *Diretas Já* e pelas emendas populares à *Constituição*.

Já em meados dos anos 80, assistimos ao surgimento de movimentos específicos, ancorados em demandas históricas muito concretas, como democracia, direitos humanos, reforma agrária, política agrícola, reforma urbana, emprego, dívida externa, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e, hoje, essa última campanha “pelo controle dos capitais financeiros”. Nos anos 90, é a vez das redes de entidades da Sociedade Civil (sejam ONGs ou movimentos sociais), que acabam tendo um papel cada vez mais importante e que vão articular, por sua vez, espaços nacionais e internacionais, gerando, por exemplo, as Semanas Sociais e o Fórum Social Mundial.

Todo esse processo (o surgimento de movimentos populares específicos e das redes) contribuiu para “politizar o social”. As necessidades básicas, cotidianas e locais passaram a ser encaradas como demandas que só podem ser respondidas por políticas públicas amplas e universais e por transformações profundas no Estado e na sua gestão. O acesso às políticas públicas e as mudanças nas políticas governamentais passam a ser objeto de mobilização. A construção coletiva das pautas dos movimentos rurais e urbanos, por exemplo, foi um exercício valioso para politizar o social e as demandas de grupos e movimentos urbanos e rurais. Começou lá na base, em pequenos grupos, nos assentamentos, em barracos de lona, e até chegar na mesa de negociação, no gabinete do INCRA, dos Ministérios de Brasília ou nas Secretarias de Governo em Salvador foi um longo processo.

Uma outra questão está emergindo com força e esteve presente também na mobilização urbano-rural de Salvador. Refiro-me à necessidade de superar o estágio da reivindicação, das pautas, para a disputa de alternativas em políticas públicas e, principalmente, para a disputa política mais ampla, a disputa de projeto, como dizia antes: qual hegemonia? qual projeto para a Bahia e para o Brasil?

6. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: DIÁLOGO OU CONFRONTO?

Retomando o nosso tema central, estou convencido de que o processo de mobilização dos movimentos populares tem contribuído para definir melhor a relação Estado-Sociedade Civil. Sem dúvida, a ocupação de um prédio público, ou de uma usina da CHESF, como o caso do Funil, produz um impacto e uma reação imediatos do Estado em todos os seus níveis (Executivo, Legislativo e Judiciário). O Governo não tolera nem pode permitir ações desse tipo. Trata-se de práticas que extrapolam os limites institucionais, como já vimos.

Esse elemento nos ajuda a refletir sobre uma outra questão. De fato, há uma diferenciação nas práticas e estratégias da Sociedade Civil (ou de setores dela). De acordo com alguns autores, existe uma vertente mais “moderada” e outra mais “radical”, mas ambas considerando a Sociedade Civil como uma rede de associações autônomas com interesses comuns e que buscam exercer um controle sobre o Estado. A diferenciação estaria nos meios, na forma de exercer tal controle, enfim, na estratégia. De um lado, prevalecem os meios “institucionais”, os espaços abertos pelo próprio Estado. Do outro, sobressaem meios mais diretos (de pressão e mobilização), institucionais, convencionais e também não-convencionais, na maioria das vezes em contraposição e conflito com o próprio Estado e os Governos.

A surpresa de um Superintendente do INCRA, principalmente por representar o Governo do companheiro Lula, é justamente esta: para que ocupar se foram conquistados tantos direitos e existem tantos instrumentos de participação? De fato, parece que o problema do Brasil atual não é a falta de meios ou espaços de participação. Existiriam nada menos que 27 mil Conselhos de Gestão, nos quais atuam algumas centenas de milhares de cidadãos e cidadãs eleitos por suas comunidades, seus grupos sociais de interesses. Esses conselheiros estão com a responsabilidade pública de expressar as demandas da sociedade e formular as políticas inovadoras no âmbito de suas competências. Não é demais lembrar, por exemplo, que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi construído nessa dialética entre Estado e Sociedade Civil. Um modelo admirado por todos, mas que não se mostrou funcional.

Para muitos, esse aparato teria a capacidade de reformar o Estado e impor limites ao mercado. No Brasil de hoje, a realidade, todavia, é outra. Organizar-se, mobilizar-se coletivamente, pressionar o Governo e ocupar ainda é *um* caminho e, na maioria dos casos – ou para amplos setores da Sociedade Civil –, o *único* caminho para exercer ativamente a cidadania, o protagonismo e a busca de seus direitos. A manifestação em frente à Assembléia Legislativa e o ato de repúdio à política econômica do Governo Lula, em frente ao Banco Central, na Avenida Garibaldi, em Salvador (BA), devem ser interpretados, no meu modo de ver, como um efetivo exercício de cidadania ativa e crítica. Enquanto outros setores utilizam meios distintos para expressar sua crítica, os movimentos populares o fazem desta forma, mais barulhenta e incômoda mas igualmente válida e, talvez, mais eficaz.

Pisando o tapete vermelho da Assembléia Legislativa, sob os olhares desconfiados dos seguranças, tirando retratos com o busto de Luis Eduardo Magalhães, misturando as bandeiras vermelhas dos movimentos com as bandeiras de todos os Estados brasileiros, ao som dos cantos e da batucada, aquele indivíduo, camponês, morador urbano, biscateiro, desempregado, concebido pelos regimes autoritários como um cidadão de segunda categoria, passa a se sentir, pelo menos por um instante, um cidadão pleno, ativo, capaz de se articular coletivamente e fazer valer os seus direitos. Alguém que as autoridades são obrigadas a parar para escutar. Alguém que não precisa mais, pelo menos por um dia na vida, pedir licença, aguardar a sua vez para solicitar à secretária que diga ao assessor que peça ao deputado que lembre ao subsecretário que apresente para o secretário aquela demanda, aquela

reivindicação. É ele mesmo que está ali, em pessoa, sem precisar ser representado por ninguém, cobrando uma dívida longa, antiga, de séculos. É esse sujeito coletivo que, pelo menos por um dia, por uma semana, dita a agenda ao Estado, ao INCRA, ao Governo da Bahia.

Ainda há muito caminho a percorrer. Em vários gabinetes, corredores e plenários trancados ainda não ecoaram os cantos populares, os hinos dos movimentos e os gritos de ordem nem circulam as pautas dos movimentos, esses rosários de carências e esquecimentos. Vivemos, de fato, numa democracia mais formal do que efetiva, onde o poder ainda não foi socializado. Uma democracia controlada pelas elites e que precisa de muitas pressões, marchas, ocupações e manifestações para se alargar, para se ampliar, a fim de estender os direitos a todo o conjunto da sociedade. Assim que o povão foi embora, a Casa do Povo baiano certamente voltou ao seu normal, como sempre. Como há de ser. Discursos, plenários, palavras vazias, conchavos!

Se, no plano da participação democrática, o caminho a percorrer é longo, imagine quanto falta ainda para uma efetiva redistribuição das riquezas produzidas nesse país. A democratização só será substantiva se construir mecanismos, políticas públicas, capazes de operar a redistribuição da riqueza. Nossos países passaram a década de 1990 e entraram no século XXI mantendo um padrão de acumulação que continua beneficiando apenas as elites. Mas o fato é que, no conjunto das nações latino-americanas, assim como em outras regiões do mundo, o que se verificou foi um empobrecimento generalizado, uma verdadeira regressão no padrão de vida da população. Não há, neste continente, indicadores que possam demonstrar que no passado recente houve de fato redistribuição da riqueza em qualquer dos seus países. Vivemos no continente mais desigual do mundo, aquele que, por excelência, tem a marca da pobreza e da riqueza extremas.

Observando os índices da Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 1960, a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres do planeta era de 30 para 1. Em 1990, essa diferença chega, de uma maneira geral no mundo, a mais de 80 para 1. Na América Latina, ela é mais acentuada ainda. Os dados divulgados recentemente sobre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* das capitais brasileiras apontam Salvador em penúltimo lugar, à frente somente de Teresina (PI). Uma cidade “dormitório” para desempregados ou operários que trabalham na Região Metropolitana. Revelam ainda que apenas nove cidades brasileiras concentram 1/4 do nosso PIB e setenta respondem por mais da metade de toda a riqueza brasileira.

7. UMA AGENDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Brasil vive, como muitos outros países marcados por profundas desigualdades sociais – nisso somos campeões! –, um tempo de crise e transformações. Trata-se de uma crise estrutural, de modelo de civilização, pois o atual, capitalista neoliberal, não responde aos anseios dos movimentos sociais por justiça, liberdade, igualdade e solidariedade. Para realizar as transformações desejadas, é necessário mudar os rumos do país, dar um passo à frente em direção a um projeto de nação livre, solidária e soberana.

Neste “mutirão por um novo Brasil”, os movimentos sociais estão empenhados em construir uma agenda comum. Entre outros pontos, considero fundamental:

1. Romper com preconceitos e discriminações de gênero, raça, cor, etnia, orientação sexual e crença religiosa para assegurar a soberania e a democratização econômica, social, política e cultural;
2. Criar mecanismos permanentes e efetivos de controle e participação popular em todas as instâncias do poder;
3. Garantir a autonomia, a autodeterminação e a soberania nacional sobre nosso território e nossas riquezas ambientais e culturais;
4. Assegurar a todos o direito ao trabalho digno, que promova um desenvolvimento justo, limpo, sustentável, assentado nos princípios da cooperação, da solidariedade, cuidadoso da “casa comum”, das futuras gerações e dos portadores de necessidades especiais;
5. Promover uma verdadeira reforma urbana que garanta para toda a população urbanizada melhor qualidade de vida, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer;
6. Implementar uma ampla reforma agrária que distribua e democratize a posse e o uso da terra, da água, dos rios e lagos, crie oportunidades de trabalho, preserve os solos, os recursos ambientais, a biodiversidade, as sementes e os saberes populares e camponeses;
7. Priorizar a economia solidária, aumentando a produção e o intercâmbio, assentado nos princípios da cooperação, da solidariedade e do cuidado com a vida acima do lucro;
8. Garantir a efetiva democratização dos meios de comunicação, dos conhecimentos, do saber e da tecnologia;
9. Defender o direito à saúde pública gratuita e de boa qualidade, à educação e à seguridade social;
10. Consolidar, através do protagonismo dos setores populares, o processo de construção de uma real democracia radical, com socialização dos bens, das riquezas e dos frutos do trabalho.

8. CONCLUSÃO

Um Governo de esquerda, eleito nos marcos de uma coalizão ampla, como é o caso do Governo Lula, tem limites que vêm, inclusive, de suas próprias alianças. Sua lógica tem sido a de garantir a governabilidade, dentro da continuidade. A ruptura nunca foi o forte dos Governos brasileiros que se sucederam no comando do Estado até o momento! Todas as vezes que a continuidade foi ameaçada, a governabilidade foi posta em crise. Em que pese a busca da continuidade para garantir a governabilidade, o Governo Lula

enfrenta também resistências dentro de seu corpo de aliados. O papel da Sociedade Civil não tem nada a ver com a governabilidade e sim com a ampliação da participação cidadã no conjunto da formulação das políticas públicas, antes com o exercício contínuo de uma pressão que pode ajudar este Governo, ou os setores que ainda existem dentro dele, comprometidos com objetivos sociais e com a agenda dos movimentos populares, a enfrentar as contrapressões dos setores conservadores e daqueles segmentos que lutam para que as políticas permaneçam como estão.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que há uma dialética, uma tensão contínua, um conflito permanente nas relações entre Estado, Governo e Sociedade Civil. Neste cenário, passar de um Estado autoritário para um Estado comprometido com a equidade, a justiça social, a distribuição de riqueza e de renda não é (nem jamais será) uma tarefa fácil. Quem imaginou que bastaria (re)eleger Lula para que acontecesse essa transformação, se enganou: *“Mudou o juiz do jogo, mas não mudaram as regras do jogo”*, dizia um camponês, avaliando o Governo Lula.

Não podemos, porém, matar o sonho, deixar morrer a esperança! Já sabemos que mudar as “regras do jogo” nunca foi nem será tarefa de uma elite, de meia dúzia de iluminados, de um governante, mesmo sendo ele nordestino, migrante, operário, líder sindical, nem sequer de um ou mais movimentos populares, por mais hegemônicos e amplos que sejam. É uma tarefa árdua, prolongada, processual, que exige participação popular, mobilização e articulação de toda a Sociedade Civil. É exatamente aqui que reside o maior desafio e é nesta perspectiva que, espero, a *4ª Semana Social Brasileira* venha se inserir e contribuir.

Não se trata só de fazer um diagnóstico atualizado da realidade brasileira nem de identificar os principais desafios da nossa sociedade. Trata-se de dar continuidade, aprofundar e, diria mais, radicalizar o processo iniciado nas outras Semanas Sociais, especialmente na Segunda, que já apontava para os novos atores e os novos sujeitos sociais comprometidos com a construção coletiva de um *NOVO BRASIL*, o Brasil que queremos.

E a palavra “MUTIRÃO” traduz e sintetiza essa perspectiva melhor que qualquer discurso, pois essa prática camponesa, antiga, tradicional, reflete a participação e o protagonismo de diferentes sujeitos que se tornam os atores principais de seu presente e de seu futuro.

* *Daniel Piccoli é assessor da Equipe Rural do CEAS e membro da Equipe Editorial dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Para não esquecer... leiam (uma resenha à 20ª edição da publicação da CPT)” (resenha) (**Cadernos do CEAS**, 217: 83-88. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2005). [danielpiccoli@uol.com.br]*